

Editorial

SANTUÁRIO: LUGAR DE JUÍZO E SALVAÇÃO

Sanctuary: place of judgment and salvation

Não parece exagero afirmar que seria difícil entender a teologia bíblica à parte do santuário, seus serviços e cerimônias. Não obstante sua importância, a questão do santuário ainda permanece um vasto campo a ser explorado pela erudição bíblica. Contudo, tal tema, surpreendentemente ignorado por anos, começa a ganhar cada vez mais atenção na atualidade. Não apenas pela quantidade de material sobre o assunto, mas pelo lugar central que ocupava na vida social e religiosa de Israel no Antigo Testamento, o tema do santuário merece ainda muito estudo e reflexão. A destruição do templo em 70 a.C., nos tempos do Novo Testamento, não lhe diminuiu a importância. Pelo contrário, à luz de Cristo, suas cerimônias e sacrifícios receberam plena luz, tornando a ligação entre o AT e o NT ainda mais evidente. Com o livro de Hebreus, abriu-se a cortina do entendimento para o ministério sacerdotal de Cristo no santuário celestial, onde os tipos do AT poderiam encontrar seus antítipos em sua plenitude.

Parece impossível negar que o santuário se torna um centro para o qual muitos aspectos teológicos convergem tanto no AT quanto no NT. Entre eles estão o juízo e a salvação. Os dois não foram aqui aleatoriamente escolhidos. Pois na concepção bíblica, ambos são inseparáveis como dois lados de uma só moeda. A salvação não ocorre sem um juízo, e o juízo não ocorre com outro propósito. Mesmo o aspecto negativo do juízo de morte e destruição visa a harmonia cósmica e, em última análise, tem como objetivo a salvação universal.

Na verdade, a relação entre o juízo e a salvação não tem sido explorada

como deveria. Pior ainda, em muitos casos nem sequer se é consciente dela. Na maioria dos casos, as pessoas possuem uma visão distorcida do juízo, pois foram influenciadas por alguns pregadores que usaram o juízo divino como uma ‘ferramenta pedagógica’ para motivar os crentes à obediência, ‘encorajá-los’ a serem bons e comportarem-se adequadamente.” (MOSKALA, 2011, p.28).

No entanto, na literatura bíblica, o juízo divino é a oportunidade humana para experimentar o livramento do mal e dos maus. Moskala explora, de modo quase revolucionário, o sentido mais preciso do Juízo. Segundo ele, de acordo com a evidência bíblica, quando Deus julga, ele opera justificação, salvação, livramento e vindicação (MOSKALA, 2011, p. 31-39).

Nessa perspectiva a relação entre o santuário, o juízo e a salvação fica mais clara. Por exemplo, no contexto do serviço diário do santuário cada sacrifício é um ato de juízo e ao mesmo tempo uma expressão de amor. Pois a santidade da natureza divina demanda pureza e perfeição. Ela é antagônica ao pecado. O animal imolado torna-se o recipiente da ira divina. A graça se manifesta em Deus aceitar um substituto. E mais do que isso, prover um Substituto.

No serviço anual não era diferente. Mais uma vez aqui o juízo e salvação estão intimamente ligados. Por meio do bode para o Senhor ocorre a expiação redentiva, um substituto é provido para a purificação dos registros dos pecados acumulados ao longo do ano no santuário. Por sua vez, o bode para Azazel produz a expiação punitiva carregando para fora do acampamento o pecado e a impureza. Assim, a natureza paradoxal desse dia atesta para a íntima relação entre juízo e salvação. Dentro do judaísmo, essa compreensão também parece clara, pois “em seu entendimento o Yom Kippur (Dia da Expição), tradicionalmente conhecido como o Dia do Juízo, é de fato o Dia da Salvação”. (MOSKALA, 2011, p. 43).

Além disso, é do santuário que Deus julga as nações que ameaçam

Israel. Dali partiam as ordens para avançar em juízo contra os inimigos da aliança, principalmente no contexto do pentateuco. Num sentido cósmico, de acordo com Daniel 7 e 8, é do juízo realizado no santuário celestial que a feliz sentença emana: “O reino e o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o céu serão dados ao povo do Altíssimo. O seu reino será um reino eterno, e todos os domínios o servirão e lhe obedecerão e lhe obedecerão” (Dn 7:27). Aqui, finalmente, os filhos de Deus estão salvos, libertos das mãos ferozes de seus inimigos, justificados de seus pecados e vindicados diante do universo. Aliás, aqui o próprio Deus é vindicado. Sua justiça é estabelecida, confirmada e executada. Através de sua obra no santuário, Deus mostra que é tão justo quanto amoroso, e tão santo quanto misericordioso. Por meio dela, juízo e salvação não são lados opostos do plano divino, mas aspectos necessários sem os quais ele se torna impossível.

O presente número da Revista Hermenêutica tem a satisfação de contribuir para o debate em torno do santuário como lugar de salvação e juízo, como o centro de atuação divina em favor da humanidade. No primeiro artigo, intitulado “Heavenly Sanctuary in Rabbinic Literature”, os autores exploram o conceito de templo celestial na literatura rabínica. Segundo seu estudo, diversas referências nas fontes rabínicas clássicas indicam que o templo no céu apresenta uma realidade concreta, e não abstrata. Comentaristas modernos concordam com o fato de que, na mente judaica, o santuário terrestre foi construído de acordo com o padrão do santuário celestial.

Por sua vez o tema do juízo é tratado no artigo seguinte “O aspecto investigativo do juízo divino”. Nele os autores buscam explorar a concepção de Asafe sobre o processo judicial divino em todos os seus aspectos. No caso específico do Salmo 50, constatou-se o aspecto investigativo desse processo judicial. Uma interessante amostra de um estudo tipológico é oferecido no terceiro artigo, intitulado “Sombras y realidades: el ungimiento de Aarón,

sus hijos y el santuario y su cumplimiento en el Nuevo Testamento”. Nele, o autor estuda a relação entre a cerimônia da unção de Arão, seus filhos e o santuário com o batismo de Jesus e a inauguração de seu ministério sumo sacerdotal.

O artigo seguinte oferece uma breve incursão pela simbologia apocalíptica e sua relação com o juízo investigativo, em particular no capítulo 17 de Apocalipse. O artigo “O oitavo império: novas hipóteses para os símbolos de Ap 17” analisa os símbolos proféticos de Ap 17 com o objetivo de explorar as relações entre a besta escarlate, a primeira besta de Ap 13 e o dragão de Ap 12. Em seu contexto imediato, o texto de Ap 17 é considerado como uma espécie de juízo de investigação seguido da execução de sentença sobre a meretriz (Ap 18).

Os últimos dois artigos lidam com questões de ordem mais prática. Assim, confirmando o viés mais eclético e interdisciplinar da Revista Hermenêutica. No penúltimo artigo, intitulado “Evangelização contínua: uma discussão histórica, teológica e implicações”, o autor busca mostrar o histórico debate sobre o que é igreja, apresentando a discussão de teóricos sobre o papel da igreja, e, ao mesmo tempo, discutindo o relacionamento entre igreja e missão. Por fim, no artigo “Uma breve análise da laicidade brasileira”, o autor buscou entender a origem da laicidade. Depois, foram estudados os dois principais modelos de laicidade, a saber, o francês e o estadunidense, explorando suas semelhanças e diferenças. A partir desta compreensão, foi iniciada uma pesquisa na história da laicidade brasileira e como esta foi influenciada por cada um dos dois modelos estudados anteriormente.

Com esse presente número da Revista Hermenêutica, espera-se contribuir para a reflexão teológica no contexto latino-americano. Em particular, o objetivo é levar cada leitor a uma compreensão mais adequada da salvação operada por meio do juízo divino no contexto do santuário

celestial. E por que não motivar cada leitor a pedir como Davi: “Julga-me segundo a tua justiça, ó Senhor Deus meu”? (Sl 35:24).

Jônatas de Mattos Leal
Professor de Antigo Testamento - SALT/IAENE

MOSKALA, Jiri. **The Gospel According to God's Judgement:** Judgement as salvation. *Journal of the Adventist Theological Society*, n. 22, v.1, 2011 p.28-49.